TC 008.111/2015-4

Tomada de contas especial

Ministério do Turismo (MTur)

Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator,

Trata-se de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo (MTur), tendo em vista irregularidades na execução do Convênio 785/2009 (Siconv 704311), celebrado com a Premium Avança Brasil (PAB), para implementação do projeto intitulado “18ª Exposição Agropecuária de Sancrerlândia”.

2. Foram repassados recursos federais da ordem de R\$ 100.000,00 e a entidade ofertou contrapartida de R\$ 6.000,00, para custeio de despesas com iluminação, sonorização, palco, arquibancada, divulgação e atrações artísticas.

3. No âmbito deste Tribunal, foram citados a conveniente e sua dirigente, Sra. Cláudia Gomes de Melo, em razão da não comprovação da aplicação dos recursos recebidos, da caracterização do objeto do convênio como subvenção social, em vista do interesse privado, e pela fraude no processo de cotação de preços para contratação da empresa responsável pela prestação de serviços necessários à realização da festa. Por esta última irregularidade, também foram chamados a se defender a Elo Brasil Produções Ltda., empresa contratada pela PAB, e seu dirigente, Sr. Mauro Garcez Mourão.

4. A Secex-GO analisou as alegações de defesa apresentadas conjuntamente pela PAB e pela Sra. Cláudia Gomes de Melo, tendo concluído por sua rejeição, o que motivou proposta de irregularidade das contas, com imputação de débito e aplicação de multa, além de inabilitação para o exercício de cargo em comissão para a mencionada gestora e de solicitação para arresto de bens. A Elo Brasil Produções Ltda. e o Sr. Mauro Garcez Mourão deixaram de se manifestar e foram considerados revéis.

5. Com as vênias de estilo, dirirjo da proposta elaborada pela unidade técnica, pelas razões adiante expostas.

6. A TCE em análise insere-se num conjunto de outras 42 em que se examinam convênios celebrados com a PAB, nos quais constatarem-se irregularidades semelhantes às identificadas nestes autos.

7. Entretanto, penso que o caso ora em análise apresenta diferenças capazes de conduzir a deslinde distinto da condenação solidária em débito e da aplicação da multa dele decorrente. Conforme consta dos autos, foi designado servidor do MTur para realizar visita *in loco* durante a realização da festa, o qual elaborou o relatório juntado na peça 1, p. 56-66, atestando a apresentação das atrações artísticas regionais e a presença de todos os itens pactuados.

8. Assim, considerando a inexistência de dúvidas quanto à efetiva ocorrência do evento e da entrega dos serviços constantes do plano de trabalho, restaria avaliar a possibilidade de estabelecimento de nexos de causalidade entre a única despesa realizada, atinente ao pagamento efetuado à Elo Brasil Produções Ltda., e os recursos repassados à PAB.

9. Conforme se extrai da documentação que integra a prestação de contas apresentada, foi juntada a nota fiscal emitida pela contratada (peça 2, p. 27), bem assim o documento relativo

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Gabinete do Procurador SÉRGIO RICARDO COSTA CARIBÉ

ao respectivo pagamento (peça 2, p. 44), constando do extrato bancário da conta específica o correspondente débito (peça 2, p. 46).

10. Conquanto a unidade técnica questione a validade da nota fiscal como meio de estabelecimento de nexos, haja vista a impossibilidade de confirmação de que os terceiros fornecedores efetivamente receberam o que lhes era devido, penso que tal fundamento não deva ser utilizado, por si só, como motivação para a condenação em débito.

11. A considerável quantidade de tomadas de contas especiais em trâmite neste Tribunal tratando de convênios firmados pelo MTur para apoio a eventos revela tratar-se de praxe a contratação de uma só empresa para fornecimento dos diversos itens pactuados, sendo que, ao final, apenas um documento fiscal lastreia a integralidade do gasto efetuado com os recursos repassados.

12. Nesse sentido, à luz das características do caso concreto, concluo que não se deva conferir tratamento diferenciado à situação examinada nestes autos, sendo plausível acatar a documentação apresentada como capaz de permitir a aferição de nexos de causalidade com os valores transferidos à PAB.

13. Apesar da conclusão acerca da inexistência de dano, remanesce a irregularidade referente à fraude perpetrada na cotação de preços realizada pela convenente. Como se infere das observações constantes da nota técnica elaborada pela CGU, há indícios da participação da Elo Brasil Produções Ltda. no intento de direcionar os resultados das cotações realizadas pela PAB, em conluio com a própria convenente e com outras empresas, entre as quais a Prime Produções Culturais Ltda. – ME, também mencionada pelo órgão de controle interno, e titular de proposta de preços apresentada na fase de contratação.

14. Entre os apontamentos da CGU, merecem destaque, por envolverem diretamente a Elo Brasil Produções Ltda., os seguintes:

I – notas fiscais de empresas diferentes têm formato gráfico semelhante;

II – notas fiscais de empresas diferentes, concorrentes em algumas cotações, prestando serviços para convenentes diferentes e preenchidas com a mesma grafia;

III – assinaturas semelhantes na carta de correção de notas fiscais da empresa Elo Brasil Produções Ltda. e da Conhecer Consultoria e Marketing Ltda., como também nos contratos das referidas empresas com o Instituto Educar e Crescer.

15. Nesse sentido, cabe responsabilizar a convenente, a Sra. Cláudia Gomes de Melo, a Elo Brasil Produções Ltda. e seu dirigente, Sr. Mauro Garcez Mourão, devendo as contas dos responsáveis pela fraude serem julgadas irregulares, com aplicação da multa do art. 58, inciso I, da Lei 8.443/1992.

16. A adoção da medida mostra-se consentânea com julgados proferidos por este Tribunal ante a identificação de indícios convergentes e concordantes de fraude, sem a ocorrência de dano ao erário, como foram o Acórdão 1.230/2017-TCU-Plenário e o Acórdão 2018/2017-TCU-Plenário, por exemplo, aplicando sanção a gestores ou empresas envolvidas. A diferença aqui seria apenas a incidência do julgamento das contas, por tratar-se de processo de natureza distinta daqueles em que foram proferidos os referidos julgados, bem assim a fundamentação para o mérito.

17. Por fim, considero pertinente registrar, em razão do expressivo número de processos envolvendo a PAB em trâmite neste Tribunal, que o posicionamento ora defendido sustenta-se nas diferenças em relação aos casos em que houve condenação em débito, marcados por características como a não comprovação da realização do evento, a cobrança de ingressos pela convenente e a inexistência de documentos que evidenciem a existência de nexos de causalidade entre as despesas realizadas e os recursos transferidos.

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Gabinete do Procurador SÉRGIO RICARDO COSTA CARIBÉ

18. Diante do exposto, este membro do Ministério Público de Contas propõe:

I – com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea “b”, e 19, parágrafo único, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, e 209, incisos II, do Regimento Interno do TCU, julgar irregulares as contas da Sra. Cláudia Gomes de Melo (CPF 478.061.091-53), da entidade Premium Avança Brasil (CNPJ 07.435.422/0001-39), do Sr. Mauro Garcez Mourão (CPF 044.917.961-30), e da empresa Elo Brasil Produções Ltda.-ME (CNPJ 10.760.664/0001-02);

II – aplicar à Sra. Cláudia Gomes de Melo (CPF 478.061.091-53), à entidade Premium Avança Brasil (CNPJ 07.435.422/0001-39), ao Sr. Mauro Garcez Mourão (CPF 044.917.961-30) e à empresa Elo Brasil Produções Ltda.-ME (CNPJ 10.760.664/0001-02), individualmente, a multa prevista no art. 58, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 210, § 2º, e 268, inciso I, do Regimento Interno do TCU, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem perante o Tribunal (art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU) o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

III – seja autorizado, desde logo, com fundamento nos art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, conforme prevê o 219, inciso II, do Regimento Interno do TCU.

(assinado eletronicamente)

Sérgio Ricardo Costa Caribé

Procurador